

**CÂMARA TÉCNICA DE ASSUNTOS LEGAIS E INSTITUCIONAIS - CTIL  
DO CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CNRH  
ATA DA 98ª REUNIÃO**

**Data:** 12 e 13 de novembro de 2007, das 09h45 (do dia 12) às 17h50 (do dia 13).

**Local:** Ministério de Minas e Energia - MME, Bloco U, Esplanada dos Ministérios, Brasília-DF.

**REPRESENTANTES:**

1. Ministério da Justiça: Byron Prestes Costa - Conselheiro (byron.costa@mj.gov.br);
2. Ministério das Cidades: Rodrigo Fraga Massad (rodrigo.massad@cidades.gov.br);
3. Ministério da Integração Nacional: José Luiz Ribeiro Reis (jose.reis@integracao.gov.br);
4. Ministério do Meio Ambiente - SRHU: Márley Caetano de Mendonça - Conselheiro (marley.mendonca@mma.gov.br);
5. Ministério do Meio Ambiente - ANA: Maurício Abijaodi Lopes de Vasconcellos (mauricio.lopes@ana.gov.br);
6. Ministério de Minas e Energia: Marina Scalon (marina.scalon@mme.gov.br);
7. Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos - Rio de Janeiro e São Paulo: Neusa Maria Marcondes Vieira de Assis (neusaassis@sp.gov.br);
8. Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos - Bahia e Ceará: Simone de Souza Campos (simone.campos@srh.ba.gov.br);
9. Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos - Sergipe e Piauí: Breno Bergson Santos (brenobergson.santos@semarh.se.gov.br);
10. Irrigantes: Wilson A. Bonança (wbonanca@srjundiai.com.br);
11. Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica: Sonáli Cavalcanti Oliveira (sonali@chesf.gov.br);
12. Indústrias: Maria Luíza Werneck (mwerneck@cni.org.br);
13. Pescadores e Usuários de Recursos Hídricos com Finalidade de Lazer e Turismo: Wilson de Azevedo Filho (azefilho@hotmail.com);
14. Comitês: Marcus Vinícius Lopes da Silva (cbhmogi@terra.com.br);
15. Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas: Donizete Tokarski (donizete@ecodata.org.br);
16. Organizações Não Governamentais: Ninon Machado de Faria Leme Franco - Conselheira (ninon@institutoipanema.net);
17. Organizações Técnicas e de Ensino e Pesquisa: Gilberto Valente Canali (gvcanali@uol.com.br);

...

**ASSUNTOS DISCUTIDOS:**

...

**Item 11 - Análise da proposta de resolução que “Estabelece diretrizes para proteção e conservação da água subterrânea”, encaminhada pela CTAS:** convidado a apresentar a matéria, o **Sr. Daniel Duarte**, relator da CTAS, primeiramente expôs os principais motivos que levaram a CTAS a elaborar a proposta de resolução com o estabelecimento de “mecanismos e critérios gerais para proteção e conservação das águas subterrâneas no território brasileiro” (**Anexo XVI**): i) que 97% das águas do País são subterrâneas e estão sendo utilizadas de forma clandestina e insustentável; ii) que os investimentos na proteção dos aquíferos é mais eficiente e menos dispendioso do que os custos para sua despoluição; e iii) que há necessidade de integração da gestão das águas subterrâneas e superficiais em função da retroalimentação entre aquíferos e rios/lagos. Em seguida, explicou a origem dos *considerandos* e abordou os conteúdos dos seus artigos. Abertos os debates, a **Sra. Maria Luíza Werneck** (Indústrias), embora reconhecesse a intensão da proposta, argumentou que, nos seus aspectos legais, ela seria inconstitucional. Para ela, o CNRH não poderia conferir atribuições aos órgãos estaduais de recursos hídricos e que somente lei poderia fazê-lo. Além disto, opinou que deveria ser observado a autonomia dos Estados para deliberarem sobre as

águas de seu domínio. Por fim, embora não reconhecesse avanços da proposta em análise em relação a Resolução CNRH nº 15, sugeriu que a CTIL retornasse a proposta de resolução para adequação da CTAS de forma a transformá-la em normas gerais, diretrizes. A **Sra. Ninon Machado** (ONGs), a **Sra. Sonáli Oliveira** (Concessionárias) e a **Sra. Marina Scalon** (MME) concordaram com os argumentos da Sra. Maria Luíza Werneck quanto aos aspectos legais da proposta e acharam prudente sua adequação para diretrizes, uma vez que o conteúdo da proposta era válido para a gestão integrada dos recursos hídricos. O **Sr. Wilson Bonança** (Irrigantes) disse que também participara da CTAS e relatou que os representantes dessa câmara encontraram dificuldades em adequar juridicamente a proposta de resolução respeitando os limites de competência do CNRH, mas optaram em avançar no seu desenvolvimento e encaminhá-la para análise dos seus aspectos legais pela CTIL. Acrescentou que a proposta foi fruto de um ano de atividades e que agrega contribuições de todo o País, sendo seu conteúdo de grande valia. Por fim, sugeriu uma reunião conjunta entre a CTIL e a CTAS. Por sua vez, o **Sr. Maurício Vasconcellos** (ANA) primeiramente disse não compartilhar da tese de que o CNRH não poderia conferir atribuições aos Estados. Em seguida, opinou que os trabalhos da CTAS estavam finalizados e que o fórum para a adequação da proposta de resolução seria a CTIL. O **Sr. Márley Caetano de Mendonça** (SRHU/MMA), baseando-se nos argumentos de que compete privativamente a União legislar sobre águas (inc. IV, art. 22 da CF/88); que compete a União instituir o SINGREH (inc. XIX, art. 21 da CF/88); que a Lei 9.433/97 estabelece uma política nacional de recursos hídricos; que o CNRH é um conselho nacional e não federal; e que ao CNRH compete estabelecer diretrizes complementares para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos (inc. VI, art. 35 da Lei 9.433/97), explanou seu entendimento de que o CNRH teria competência para estabelecer obrigações para os Estados em relação às matérias de sua competência. A **Sra. Maria Luíza Werneck** (Indústrias) discordou ilustrando que a Lei 9.433/97 estabelece as competências do CNRH e dos comitês de bacia de rios de domínio da União e o mesmo não fizera para os CERHs. O **Sr. Maurício Vasconcellos** (ANA) disse que, neste caso, aos CERHs aplicava-se o princípio da simetria. A **Sra. Maria Luíza Werneck** (Indústrias) disse entender que o princípio da simetria aplicava-se as normas gerais da Lei 9.433/97, ou seja, que o Estado poderia legislar sobre as águas de seu domínio. Após debates não conclusivos sobre os limites de atuação do CNRH e havendo acordo quanto a necessidade de adequação da proposta de resolução, de forma a transformá-la em normas gerais sem conferir atribuições aos órgãos estaduais, mas não havendo consenso sobre qual câmara técnica deveria fazê-lo, o seguinte encaminhamento foi colocado em votação: retorno da matéria à CTAS com designação de um advogado da SRHU/MMA para auxiliar nos trabalhos ou adequação da matéria pela CTIL. Foram favoráveis ao retorno da matéria à CTAS: Indústrias, CERH-BA/CE, CERH-RJ/SP e Comitês (4 votos). Foram favoráveis a adequação da matéria pela CTIL: Pescadores e Usuários de Água p/ Lazer e Turismo, Irrigantes, ANA, MCidades, ONGs, SRHU/MMA, MME, Concessionárias, MJustiça (9 votos). Às 12h50, a reunião foi interrompida para almoço sendo reiniciada às 15h00 quando a CTIL passou a readequar a proposta de resolução tendo avançado somente até o art. 3º (**Anexo XVII**) da proposta originalmente encaminhada pela CTAS, devendo sua continuidade ser dada na próxima reunião.

...

#### **RESUMO DA REUNIÃO:**

...

- Item 11: a CTIL iniciou uma adequação da proposta de resolução visando transformá-la em diretrizes e normas gerais, sem estabelecer obrigações aos Estados. A adequação avançou até o art. 3º e sua continuidade será realizada na próxima reunião da CTIL;

...

Ata aprovada na 99ª Reunião da CTIL realizada em 20 e 21 de fevereiro de 2008.

**Márley Caetano de Mendonça**  
Presidente da CTIL

**Marco Antônio Amorim**  
Relator da CTIL